

Aviso de Contratação 30/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2024	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ /CAMPUS ITABIRA	CINTIA GRAZIELE MOREIRA SANTOS	19/11/2024 17:27 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	45/2024	23499.005968/2024-59

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - CAMPUS ITABIRA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90030/2024

(Processo Administrativo n.º 23499.005968/2024-59)

Torna-se público que a Universidade Federal de Itajubá - Campus Itabira, por meio da Coordenação de Compras e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021 e demais normas aplicáveis.[A1]

Data da sessão: 25/11/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: www.gov.br/pncp

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços de engenharia para elaboração comuns de projetos de

urbanização para as áreas de expansão na UNIFEI – Campus de Itabira conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Para o item 1 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2 O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 .

3..1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento);

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

NÃO SE APLICA

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

- 12.12.1.1. Anexo I - Planilha Orçamentária Projetos
- 12.12.1.2. Anexo II - Cronograma Projetos
- 12.12.1.3. Anexo III - Diretrizes para Projeto - Urbanização
- 12.12.1.4. Anexo IV - Layouts de implantação
- 12.12.1.5. Anexo V - Índice de Medição de Resultado (IMR)

12.12.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

Itabira, 19 de novembro de 2024

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CINTIA GRAZIELE MOREIRA SANTOS

Equipe de apoio

VITOR NICCHIO ARCARI

Responsável pela contratação direta

RODRIGO DE PAULA FONSECA

Responsável pela contratação direta

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo_de_referencia_Projetos.pdf (3.45 MB)
- Anexo II - Minuta_CONTRATO_Projetos.pdf (155.91 KB)

Anexo I - Termo_de_referencia_Projetos.pdf

Termo de Referência 183/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
183/2024	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ /CAMPUS ITABIRA	RODRIGO DE PAULA FONSECA	13/11/2024 14:12 (v 9.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23499.005968/2024-59

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços **comuns** de engenharia para elaboração de projetos de urbanização para as áreas de expansão na UNIFEI – Campus de Itabira, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

- 1.1.1. Anexo I – Planilha Orçamentária;
- 1.1.2. Anexo II – Cronograma;
- 1.1.3. Anexo III – Diretrizes para Projeto - Urbanização;
- 1.1.4. Anexo IV – Layouts de implantação;
- 1.1.5. Anexo V – IMR – Índice de Medição de Resultados;

Subelemento de Despesa	ITEM	Identificação do item no PCA	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA /QUANT.	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
3.3.9.0.39.05	1	DFD 136 /2024	20060	Elaboração de projetos de urbanização para as áreas de expansão na UNIFEI – Campus de Itabira.	Conforme diretrizes e planilha de quantitativos e preços constante nos Anexos.	R\$ 117.684,71

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **serviço comum de engenharia**, pois a atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura dos mesmos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2024**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 21040001000130-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 1015

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

V) Identificador da Futura Contratação: 158161-45/2024

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Da necessidade e objetivo da contratação:

3.1.1. A Unifei Campus de Itabira tem atualmente duas áreas de expansão, que estão fora do projeto GPA&A, onde estão sendo planejadas a construção de novas edificações, necessitando de adequado acesso/circulação de pedestres e veículos, bem como o funcionamento das edificações em construção ou a serem construídas de maneira integrada com as edificações já presentes e em uso no Campus.

3.1.2. A primeira área foi denominada “Área Esportiva” que compreende o projeto urbanístico com o arruamento saindo próximo ao subsolo do prédio II(existente), passando ao lado do Restaurante(existente), prédio de apoio esportivo(a ser construído), quadras poliesportivas(existentes) e finalizando junto às quadras de areia(a serem construídas), neste local ainda deverá ser projetada uma escada de acesso da área externa no Restaurante para a área das quadras. A área está representada em croqui anexo ao Termo de Referência.

3.1.3. A segunda área foi denominada “Área de acesso aos novos prédios CEU/CEDUC até o estacionamento existente” que também compreende o projeto urbanístico com o arruamento saindo do estacionamento existente, que atualmente

não é pavimentado e está incluso o projeto de urbanização, passando pelos novos prédios CEU/CEDUC(em construção), até chegar na rua asfaltada existente. Para esta área já existe um estudo urbanístico preliminar apresentado em anexo ao Termo de Referência.

3.2. O detalhamento e descrição completa da solução estão previstas nos Anexos: Planilha Orçamentária, Cronograma, Diretrizes para a elaboração dos projetos e Layout de Implantação.

3.3. Do quantitativo do serviço demandado: Conforme Planilha Orçamentária e Diretrizes constantes nos Anexos.

3.3.1. Os itens da planilha orçamentária devem ser agrupados, pois são dependentes entre si e serão executados de forma sequencial e compatibilizados pela mesma empresa Contratada.

3.4. Os quantitativos e respectivos preços máximos aceitáveis, tanto unitários quanto totais, são os discriminados no Anexo I – Planilha Orçamentária.

3.5. O Anexo IV traz os layouts de implantação que deverão ser seguidos para a elaboração dos projetos.

3.6. As Diretrizes que deverão ser seguidas para a elaboração dos projetos está no Anexo III.

3.7. O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses.

3.8. Em conformidade com o Art. 14 da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) *é facultada para os Incisos I, II e VIII e dispensada para o Inciso III*. Diante disso, para o presente projeto de engenharia, cujo escopo e especificações técnicas já foram definidos de forma clara e objetiva, a elaboração do ETP é opcional. A natureza do projeto e o conhecimento técnico pré-existente sobre as especificações exigidas permitem que a contratação ocorra de forma eficaz e com critérios técnicos já consolidados, sem a necessidade de um estudo adicional para embasar a dispensa de licitação. Esta justificativa visa otimizar o processo, promovendo agilidade e eficiência na contratação, ao mesmo tempo em que atende plenamente às disposições da normativa em vigor.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas soluções de projeto da obra, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.1.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

4.2. Quanto a geração de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

4.3. A contratada deverá providenciar a emissão das devidas licenças, junto aos órgãos competentes, como Prefeitura Municipal, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros Militar, órgãos ambientais, entre outros necessários para a construção e funcionamento da edificação, inclusive garantir o pagamento de eventuais taxas e compensações.

Subcontratação

4.4. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.5. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido ao baixo risco e valor da contratação.

4.6. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **recomendável** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.14. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.15. A vistoria deverá ser agendada com antecedência, contatando pelo telefone (31) 3840-0941, e-mail: ceom.itabira@unifei.edu.br; contato com Vitor Nicchio Arçari.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. A descrição detalhada dos materiais, métodos, etapas, tecnologias e procedimentos de execução dos serviços estão contempladas nas documentações técnicas que integram a Planilha Orçamentária (Anexo I), Diretrizes para Projeto - Urbanização (Anexo III) e Layouts de Implantação (Anexo IV).

5.1.3. O início e a conclusão das etapas da obra deverão estar de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro de cada item, conforme Anexo II.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Rua Irmã Ivone Drumond nº 200 – Bairro Distrito Industrial II, Itabira/MG - CEP: 35903-087, UNIFEI/ Campus de Itabira-MG.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **De segunda-feira a sexta-feira no período das 08h às 12h e 13h às 17h.**

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.6. Após a assinatura da contratação e antes da emissão da ordem de serviço, será realizada reunião inicial entre as partes para demonstração dos detalhes de como se dará a execução dos serviços, conforme especificado neste TR. Devendo participar inclusive o profissional responsável técnico por cada parte.

5.6.1. Se o representante da empresa não comparecer a essa reunião inicial marcada pelo fiscal e não apresentar justificativa razoável para a ausência, a Ordem de Serviço será emitida independentemente dessa reunião, correndo portanto o prazo para execução.

5.7. Tendo sido esclarecidos os detalhes na reunião inicial entre as partes, será dada ordem de serviço pela Administração, que especificará inclusive o período de início e fim da execução dos serviços.

5.8. A ART ou RRT do serviço deverá ser emitida pela Contratada e apresentada a fiscalização da Contratante em até 10 dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, bem como outros documentos necessários constantes no Edital.

5.9. Os serviços deverão ser executados **no prazo máximo de 3 (três) meses**, sendo o início em até 10 dias a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

5.10. Os serviços serão pagos, conforme cronograma apresentado no Anexo II deste Termo de Referência.

5.11. A produtividade do serviço será objeto conferência da fiscalização da Contratante com base no cronograma físico-financeiro entregue pela Contratada junto com a proposta.

5.12. Visto que esse serviço será executado em locais que funcionam salas de aula, deverá iniciar e terminar, impreterivelmente, no período de férias acadêmicas. As férias iniciam em meados do mês de dezembro e finalizam em meados do mês de março, período na qual a Contratada receberá a ordem de serviço e deverá executar a obra.

5.13. A empresa contratada deverá, durante a execução dos serviços, manter o fiscal técnico da contratante atualizado do andamento dos mesmos. Bem como deverá comunicar prontamente ao fiscal técnico qualquer problema ou dúvida surgidos que possam impactar na execução ou qualidade dos serviços.

5.14. Os serviços serão executados em conformidade com as Especificações Técnicas presentes neste Termo de Referência e seus anexos.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.15. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.16. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do serviço.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#))

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de 10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1. A dispensa de licitação em razão do valor está amparada pelo inciso I do artigo 75 da Lei 14.133/2021 quando o valor da contratação é inferior a R\$ 119.812,02 para obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão pelo Valor Global e Valores Unitários, os quais não poderão ultrapassar os limites máximos estabelecidos na Planilha Orçamentária estimada pela Administração.

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021) e aceitabilidade dos preços unitários;

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os

créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.25. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU (Registro de Responsabilidade Técnica - RRT) da empresa licitante e de seu(s) responsável (is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados, em plena validade.

8.26. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.27. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.27.1. Para o Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista: serviços de: Profissional com experiência na elaboração de projetos de urbanização.

8.28. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.29. Comprovação de aptidão da empresa licitante para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1. Empresa com experiência na elaboração de projetos de urbanização.

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33. O licitante disponibilizará, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES /MP n. 5/2017.

8.34. A contratada deverá seguir todas as especificações, que serão apresentados pela administração no edital, bem como executá-los com qualidade, de acordo com as normas técnicas e de segurança do trabalho.

8.35. Deverá correr por conta da contratada a utilização de mão de obra especializada para cada tipo de serviço, bem como materiais e equipamentos com qualidade atestada pela fiscalização.

8.36. Todos os serviços contratados serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá coordená-los e articulá-los de modo a proporcionar andamento harmonioso dos trabalhos e soluções devidamente compatibilizadas.

8.37. O serviço não possui natureza continuada. Uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure e nada mais pode ser exigido do contratante, excluídas as hipóteses de vícios e/ou garantias.

8.38. A participação do presente certame pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto, constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência.

8.39. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

8.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.40.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.40.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 117.684,71

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 117.684,71** (cento e dezessete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida por Dotação Orçamentária específica a ser informada em momento oportuno pelo Setor de Orçamento do Campus de Itabira no Processo Administrativo correspondente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR NICCHIO ARCARI

Coordenador de Engenharia, Obras e Manutenção

RODRIGO DE PAULA FONSECA

Administrador



Assinou eletronicamente em 13/11/2024 às 14:12:41.

GUSTAVO RODRIGUES DE MORAIS

Pró-Diretor de Infraestrutura

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Planilha Orcamentaria Projetos 2024.pdf (424.86 KB)
- Anexo II - Anexo II - Cronograma Projetos 2024.pdf (425.17 KB)
- Anexo III - Anexo III - Diretrizes para Projeto - Urbanizacao.pdf (352.37 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Layouts de implantacao.pdf (1.82 MB)
- Anexo V - Anexo V - Indice de Medicao de Resultado.pdf (195.95 KB)

**Anexo I - Anexo I - Planilha Orcamentaria Projetos
2024.pdf**

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
OBJETO:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA ÁREA DE EXPANSÃO NA UNIFEI CAMPUS DE ITABIRA.					
ITENS	CÓDIGO DA COMPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	P. UNIT	P. TOTAL
1	ÁREA 1 - URBANIZAÇÃO DA ÁREA ESPORTIVA					R\$ 46.448,03
1.1	SETOP CO-27367	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL -TERRENO DE 10.001 A 50.000 M2	M²	14.538,14	R\$ 0,43	R\$ 6.251,40
1.2	SUDECAP 62.02.09	ESTUDO PRELIMINAR DE URBANISMO	KM	0,21	R\$ 9.716,26	R\$ 2.040,41
1.3	SUDECAP 62.01.04	PROJETO ARQUITETONICO - EXECUTIVO	PR A1	5,00	R\$ 2.386,25	R\$ 11.931,25
1.4	SUDECAP 62.03.01	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	0,21	R\$ 8.608,68	R\$ 1.807,82
1.5	SUDECAP 62.03.02	PROJETO TERRAPLANAGEM	KM	0,21	R\$ 3.081,21	R\$ 647,05
1.6	SUDECAP 62.03.04	PROJETO DRENAGEM PLUVIAL	KM	0,21	R\$ 9.925,90	R\$ 2.084,44
1.7	SUDECAP 62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITARIO	PR A1	3,00	R\$ 1.982,50	R\$ 5.947,50
1.8	SUDECAP 62.03.08	PROJETO PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL	KM	0,21	R\$ 2.603,34	R\$ 546,70
1.9	SUDECAP 62.03.11	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - VERTICAL/HORIZONTAL	KM	0,21	R\$ 3.197,36	R\$ 671,45
1.10	SUDECAP 62.03.16	PROJETO ELÉTRICO/ILUMINAÇÃO/LÓGICA	PR A1	3,00	R\$ 2.039,13	R\$ 6.117,39
1.11	SUDECAP 62.03.12	PROJETO PAISAGÍSTICO	KM	0,21	R\$ 2.169,07	R\$ 455,50
1.12	SUDECAP 62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	PR A1	1,00	R\$ 1.908,02	R\$ 1.908,02
1.13	SUDECAP 62.01.16	PROJETO ESTRUTURAL ESCADA	PR A1	2,00	R\$ 1.711,11	R\$ 3.422,22
1.14	SETOP CO-27413	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	M2	14.538,14	R\$ 0,11	R\$ 1.599,20
1.15	SETOP CO-27439	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	M2	14.538,14	R\$ 0,07	R\$ 1.017,67
2	ÁREA 2 -URBANIZAÇÃO DA ÁREA DOS PRÉDIOS CEU/CEDUC ATÉ O ESTACIONAMENTO					R\$ 71.236,68
2.1	SETOP CO-27367	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO MAIOR QUE 50.001 M2	M²	57.561,41	R\$ 0,33	R\$ 18.995,27
2.2	SUDECAP 62.01.04	PROJETO ARQUITETONICO - EXECUTIVO	PR A1	5,00	R\$ 2.386,25	R\$ 11.931,25
2.3	SUDECAP 62.03.01	PROJETO GEOMÉTRICO	KM	0,54	R\$ 8.608,68	R\$ 4.648,69
2.4	SUDECAP 62.03.02	PROJETO TERRAPLANAGEM	KM	0,54	R\$ 3.081,21	R\$ 1.663,85
2.5	SUDECAP 62.03.04	PROJETO DRENAGEM PLUVIAL	KM	0,54	R\$ 9.925,90	R\$ 5.359,99
2.6	SUDECAP 62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITARIO	PR A1	3,00	R\$ 1.982,50	R\$ 5.947,50
2.7	SUDECAP 62.03.08	PROJETO PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL	KM	0,54	R\$ 2.603,34	R\$ 1.405,80
2.8	SUDECAP 62.03.11	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - VERTICAL/HORIZONTAL	KM	0,54	R\$ 3.197,36	R\$ 1.726,57

Anexo II - Anexo II - Cronograma Projetos 2024.pdf

ANEXO II - CRONOGRAMA									
OBJETO:	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA ÁREA DE EXPANSÃO NA UNIFEI CAMPUS DE ITABIRA.			MÊS 1		MÊS 2		MÊS 3	
1	ÁREA 1 - URBANIZAÇÃO DA ÁREA ESPORTIVA		R\$ 46.448,03	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1.1	SETOP CO-27367	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL -TERRENO DE 10.001 A 50.000 M2	R\$ 6.251,40	100%	R\$ 6.251,40		R\$ -		R\$ -
1.2	SUDECAP 62.02.09	ESTUDO PRELIMINAR DE URBANISMO	R\$ 2.040,41	100%	R\$ 2.040,41		R\$ -		R\$ -
1.3	SUDECAP 62.01.04	PROJETO ARQUITETONICO - EXECUTIVO	R\$ 11.931,25	30%	R\$ 3.579,38	50%	R\$ 5.965,63	20%	R\$ 2.386,25
1.4	SUDECAP 62.03.01	PROJETO GEOMÉTRICO	R\$ 1.807,82		R\$ -	70%	R\$ 1.265,48	30%	R\$ 542,35
1.5	SUDECAP 62.03.02	PROJETO TERRAPLANAGEM	R\$ 647,05		R\$ -	70%	R\$ 452,94	30%	R\$ 194,12
1.6	SUDECAP 62.03.04	PROJETO DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 2.084,44		R\$ -	70%	R\$ 1.459,11	30%	R\$ 625,33
1.7	SUDECAP 62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITARIO	R\$ 5.947,50		R\$ -	70%	R\$ 4.163,25	30%	R\$ 1.784,25
1.8	SUDECAP 62.03.08	PROJETO PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL	R\$ 546,70		R\$ -	70%	R\$ 382,69	30%	R\$ 164,01
1.9	SUDECAP 62.03.11	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - VERTICAL/HORIZONTAL	R\$ 671,45		R\$ -	70%	R\$ 470,01	30%	R\$ 201,43
1.10	SUDECAP 62.03.16	PROJETO ELÉTRICO/ILUMINAÇÃO/LÓGICA	R\$ 6.117,39		R\$ -	70%	R\$ 4.282,17	30%	R\$ 1.835,22
1.11	SUDECAP 62.03.12	PROJETO PAISAGÍSTICO	R\$ 455,50		R\$ -	70%	R\$ 318,85	30%	R\$ 136,65
1.12	SUDECAP 62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	R\$ 1.908,02		R\$ -	70%	R\$ 1.335,61	30%	R\$ 572,41
1.13	SUDECAP 62.01.16	PROJETO ESTRUTURAL ESCADA	R\$ 3.422,22		R\$ -	70%	R\$ 2.395,55	30%	R\$ 1.026,67
1.14	SETOP CO-27413	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	R\$ 1.599,20		R\$ -		R\$ -	100%	R\$ 1.599,20
1.15	SETOP CO-27439	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	R\$ 1.017,67		R\$ -		R\$ -	100%	R\$ 1.017,67
2	ÁREA 2 -URBANIZAÇÃO DA ÁREA DOS PRÉDIOS CEU/CEDUC		R\$ 71.236,68						

2.1	SETOP CO-27367	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO MAIOR QUE 50.001 M2	R\$ 18.995,27	100%	R\$ 18.995,27		R\$ -		R\$ -
2.2	SUDECAP 62.01.04	PROJETO ARQUITETONICO - EXECUTIVO	R\$ 11.931,25	30%	R\$ 3.579,38	50%	R\$ 5.965,63	20%	R\$ 2.386,25
2.3	SUDECAP 62.03.01	PROJETO GEOMÉTRICO	R\$ 4.648,69		R\$ -	70%	R\$ 3.254,08	30%	R\$ 1.394,61
2.4	SUDECAP 62.03.02	PROJETO TERRAPLANAGEM	R\$ 1.663,85		R\$ -	70%	R\$ 1.164,70	30%	R\$ 499,16
2.5	SUDECAP 62.03.04	PROJETO DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 5.359,99		R\$ -	70%	R\$ 3.751,99	30%	R\$ 1.608,00
2.6	SUDECAP 62.01.22	PROJETO HIDRAULICO / SANITARIO	R\$ 5.947,50		R\$ -	70%	R\$ 4.163,25	30%	R\$ 1.784,25
2.7	SUDECAP 62.03.08	PROJETO PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL	R\$ 1.405,80		R\$ -	70%	R\$ 984,06	30%	R\$ 421,74
2.8	SUDECAP 62.03.11	PROJETO DE SINALIZAÇÃO - VERTICAL/HORIZONTAL	R\$ 1.726,57		R\$ -	70%	R\$ 1.208,60	30%	R\$ 517,97
2.9	SUDECAP 62.03.16	PROJETO ELÉTRICO/ILUMINAÇÃO/LÓGICA	R\$ 6.117,39		R\$ -	70%	R\$ 4.282,17	30%	R\$ 1.835,22
2.10	SUDECAP 62.03.12	PROJETO PAISAGÍSTICO	R\$ 1.171,30		R\$ -	70%	R\$ 819,91	30%	R\$ 351,39
2.11	SUDECAP 62.01.23	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	R\$ 1.908,02		R\$ -	70%	R\$ 1.335,61	30%	R\$ 572,41
2.12	SETOP CO-27413	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	R\$ 6.331,76		R\$ -		R\$ -	100%	R\$ 6.331,76
2.13	SETOP CO-27439	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	R\$ 4.029,30		R\$ -		R\$ -	100%	R\$ 4.029,30
TOTAL			117.684,71	MÊS 1	R\$ 34.445,83	MÊS 2	R\$ 49.421,30	MÊS 3	R\$ 33.817,58

**Anexo III - Anexo III - Diretrizes para Projeto -
Urbanizacao.pdf**



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS DE EXPANSÃO DO CAMPUS DE ITABIRA DA UNIFEI



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

SUMÁRIO

1. OBJETIVOS	PAG. 01
2. TERMINOLOGIA	PAG. 01
3. CONDIÇÕES GERAIS	PAG. 01
4. PROGRAMA QUE O PROJETO DEVERÁ ATENDER	PAG. 02
5. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DE PROJETO	PAG. 02
6. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS	PAG. 03
7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	PAG. 03
8. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	PAG. 04
9. ETAPAS DOS SERVIÇOS	PAG. 05
10. CRONOGRAMA DE SERVIÇOS DE PROJETO	PAG. 14
11. PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	PAG. 14
12. OBSERVAÇÕES FINAIS	PAG. 14



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

1. OBJETIVOS

O objetivo desta contratação é a elaboração de projeto de urbanização, arquitetônico e complementares para duas áreas em expansão na UNIFEI – Campus de Itabira.

A primeira área foi denominada “Área Esportiva” que compreende o projeto urbanístico com o arruamento saindo próximo ao subsolo do prédio II(existente), passando ao lado do Restaurante(existente), prédio de apoio esportivo(a ser construído), quadras poliesportivas(existentes) e finalizando junto às quadras de areia(a serem construídas), neste local ainda deverá ser projetada uma escada de acesso da área externa no Restaurante para a área das quadras. A área está representada em croqui anexo ao Termo de Referência

A segunda área foi denominada “Área de acesso aos novos prédios CEU/CEDUC até o estacionamento existente” que também compreende o projeto urbanístico com o arruamento saindo do estacionamento existente, que atualmente não é pavimentado e está incluso o projeto de urbanização, passando pelos novos prédios CEU/CEDUC(em construção), até chegar na rua asfaltada existente. Para esta área já existe um estudo urbanístico preliminar apresentado em anexo ao Termo de Referência.

As diretrizes apresentadas neste documento têm o objetivo de definir e esclarecer os serviços que são necessários à elaboração dos projetos que estão listados e quantificados na planilha orçamentária, a serem planejados nas seguintes etapas:

- Levantamento planialtimétrico e cadastral das instalações atuais das duas áreas;
- Anteprojeto de implantação e urbanização das duas áreas. Com o objetivo de ter o adequado acesso, circulação de pedestres/veículos e funcionamento das edificações em construção ou a ser construídas, de maneira integrada as edificações já presentes no *campus*.
- Projetos executivos de urbanização e arquitetônico das duas áreas.
- Projetos executivos complementares: terraplenagem (planta e seções), geométrico, pavimentação, drenagem pluvial, instalações hidro sanitárias, prevenção e combate a incêndio, instalações elétricas/iluminação, paisagismo, sinalização e rede de lógica e comunicação.
- Memorial descritivo com especificação dos materiais e serviços da obra a ser construída.
- Planilha orçamentária para a obra a ser construída.

2. TERMINOLOGIA

2.1. Contratante

Unifei – Universidade Federal de Itajubá

2.2. Contratada

Empresa contratada para a elaboração dos projetos completos que subsidiarão a licitação e construção da obra de urbanização das duas áreas.

2.3. Fiscalização

A fiscalização será exercida pela contratante.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Coordenação e responsabilidade



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

A Contratada não poderá sob nenhum pretexto ou hipótese subcontratar todos os serviços objeto do contrato. A contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços, áreas técnicas ou especialidades (levantamento planialtimétrico, topografia, terraplenagem, drenagem, instalações hidráulicas, elétricas, incêndio, rede lógica e comunicação e sinalização). A subcontratação deverá ser submetida à aprovação prévia da contratante.

A Contratante ou sua representante á seu critério poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da Contratada ou de suas subcontratadas que embarce o bom andamento dos trabalhos.

Cumprirá a cada área técnica ou especialidade o desenvolvimento e responsabilidade sobre o projeto específico correspondente. O Projeto Completo, constituído por todos os projetos específicos devidamente harmonizados e compatibilizados entre si, será coordenado pela Contratada, de modo a promover ou facilitar as consultas e informações entre os autores dos projetos e solucionar as interferências entre os elementos. A responsabilidade pela elaboração e exatidão dos projetos, será da Contratada.

Os profissionais e empresas devem estar legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU. Todas as peças gráficas que compõem os projetos específicos deverão conter o nome completo, o nº do CREA ou CAU e a rubrica dos responsáveis. Todos os responsáveis pelas áreas técnicas específicas deverão apresentar ARTs ou RRTs, ou seja, Anotação de Responsabilidade pelos projetos específicos ou Registro de Responsabilidade Técnica.

As empresas ou profissionais participantes dos projetos não poderão participar da execução das obras.

3.2. Legislações, Normas e Regulamentos

A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais, municipais e normas técnicas, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato em sua versão mais atualizada, mesmo que não mencionadas abaixo. Em geral o projeto deverá atender:

- Plano Diretor de Itabira, Lei complementar nº 4.034 de 16 de novembro de 2006e suas atualizações posteriores;
- Ao decreto estadual nº 43.805 de 17/05/2004 (dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado de Minas Gerais);
- A NBR 9050/2004 e ao Decreto Federal 5 296 de 02/12/2004 que dispõe sobre acessibilidade.
- Decreto 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

Deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

4. PROGRAMA QUE O PROJETO DEVERÁ ATENDER

Elaboração de projetos executivos arquitetônicos de implantação e urbanização e demais projetos técnicos complementares, abrangendo as áreas de expansão do campus de Itabira de UNIFEI, com área aproximada de 14.500 m² (Área 1) e 57.561 m² (Área 2) conforme demonstrado nos croquis Anexo ao Termo de Referência.

5. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DE PROJETO



5.1. Orientações específicas:

- Considerar a área de influência imediata do empreendimento, as características topográficas locais e as redes de infraestrutura existentes;
- Identificar e detalhar em projeto os acessos principais e de serviço, lixeiras, estacionamentos calçamentos ao redor (existentes e a construir);
- Especificar materiais, métodos construtivos e sistemas estruturais e de instalações adequados e em concordância às edificações existentes e às condições do local da implantação;
- Adotar solução construtiva racional, elegendo sistemas de modulação e padronização;
- Adotar soluções que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas do empreendimento;
- Adotar soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento;
- Complementar as informações existentes junto à Contratante com relação aos elementos humanos e equipamentos que irão ocupar o empreendimento, adotando soluções compatíveis com os dados coletados;
- Propor e complementar onde for necessário soluções de conforto ambiental tanto contra a insolação excessiva no intervalo de 9:00h às 17:00h de modo a propiciar espaços confortáveis sem a utilização de equipamentos artificiais;
- Propor ambientes de descanso, praças e equipamentos urbanos utilizados para esse fim ao longo do arruamento projetado;
- As instalações hidráulicas compreenderão os sistemas de água fria, águas pluviais, esgotos (domiciliar e não domiciliar), drenagem externa, sistemas de prevenção e combate a incêndios e gases (GLP, gás natural, ar comprimido, vácuo, oxigênio, etc.) de acordo com a especificidade de cada projeto e deverão ligar-se às redes externas (de alimentação de água, coletor de esgoto, drenagem externa de águas pluviais e outras) das edificações, planilhas e memória de cálculo e a sobreposição com demais instalações;
- As instalações elétricas compreenderão alimentação a partir dos transformadores existentes, seguindo o posteamento para a distribuição elétrica e de iluminação das áreas a serem urbanizadas, com detalhamento do cabeamento, diagramas, luminárias e acessórios necessários para a construção e finalmente a sobreposição com demais instalações;
- O projeto de prevenção e combate contra incêndio contemplará a elaboração do plano de intervenção e deverá ser concebido de forma a proporcionar um nível adequado de segurança dos ocupantes em caso de incêndio, minimizando as probabilidades de propagação do fogo através do seu combate no foco, além de diminuir danos causados pelo sinistro aos bens existentes. O projeto urbanístico deverá estar de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros para áreas externas das edificações, estacionamentos e acessos, bem como ser compatibilizado com o projeto atual do Campus já aprovado no CBMMG.
- Projeto de sistema de cabeamento estruturado com capacidade para suportar sinais de vídeo, voz, dados, sinais de controle e automação. Composto de cabeamento para suportar no mínimo utilização de tecnologia do tipo Gigabit Ethernet.
- O projeto de sinalização deverá ser elaborado com base nas definições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB, suas resoluções e manuais técnicos editados pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN / Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, contemplando sinalização vertical (placas) e horizontal (demarcações no pavimento).



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

- Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo considerado de primeira qualidade o sentido comercialmente adotado como de gradação de qualidade superior e onde aplicável o selo de certificação do INMETRO.
- Conforme a legislação vigente não são admitidas especificações de marcas comerciais. Será necessário, portanto, a perfeita especificação dos sistemas e materiais através dos desenhos, detalhes de projeto e descrição de suas características nos memoriais descritivos. Quando necessária a indicação de fabricantes, esta indicação será como padrão de equivalência, devendo ser especificados no mínimo três fabricantes.

6. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

A empresa contratada receberá da contratante o último projeto planialtimétrico do campus, croquis orientativos e demais projetos que possui, que possa auxiliar na execução dos projetos.

A contratada aceitará e concordará que os serviços objeto do contrato, que deverão ser complementados em todos os seus detalhes, de modo a fornecer todos os elementos técnicos necessários para fundamentar a licitação e a futura execução das obras ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Após assinatura do contrato, a empresa contratada deverá comparecer na Unifei - Campus de Itabira para a reunião de ordem de início dos trabalhos a ser convocada pela Contratante. Deverão estar presentes, pela contratada, os responsáveis de cada área técnica, objeto do contrato. A reunião destina-se à apresentação do projeto e das pessoas envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos e marca a data de início destes.

Durante o transcorrer dos mesmos, serão realizadas reuniões periódicas presenciais, na Unifei – Campus de Itabira, entre o coordenador do projeto, os responsáveis técnicos pelos projetos específicos da Contratada, com a fiscalização da Contratante. O comparecimento às reuniões é obrigatório, estas serão quinzenais até a finalização dos projetos. As reuniões visam analisar, definir, dirimir dúvidas, solicitar complementação de informações ou eventualmente corrigir possíveis falhas ou omissões. As reuniões serão documentadas em Atas de Reunião. Decisões e solicitações da Contratante para a melhoria do projeto deverão ser automaticamente implantadas.

Á critério da Contratante poderão ser solicitadas amostras, catálogos, visitas técnicas ou outros detalhes necessários para perfeita compreensão e aceitação dos itens propostos pela Contratada.

8. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os projetos serão apresentados através de desenhos, memoriais de cálculos, memoriais descritivos e planilhas que deverão conter, além do assunto específico, as identificações abaixo:

- Identificação da Contratada.
- Identificação do responsável pelo projeto: nome, registro profissional e assinatura (nas cópias impressas).
- Identificação da obra: nome e sigla da unidade, do empreendimento, natureza da intervenção (construção).
- Identificação do projeto: estágio do projeto, especialidade/área técnica e número da revisão.
- Capa com identificação do documento: título do documento (ex: Memorial Descritivo de Arquitetura), identificação da obra, estágio do projeto, data da emissão e número de revisão.



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

- Demais dados pertinentes.

Os serviços objeto do contrato serão apresentados em todas as etapas através de:

8.1. Peças gráficas

São desenhos em formato máximo A0 representados conforme as normas de representação gráfica da ABNT e elaborados através do programa Autocad em versões mais recentes e entregues para análise em cópias plotadas e impressas em papel sulfite e arquivos digitais em discos óticos (CDs).

8.2. Memoriais descritivos

São textos que esclarecem e complementam os projetos, contemplando todos os sistemas propostos, com a especificação de materiais, equipamentos e serviços de forma a orientar a compra, a execução e o recebimento dos mesmos.

Deverão ser executados no programa Word devendo ser entregues para análise duas cópias em papel sulfite formato A4 e arquivos digitais em discos óticos (CD).

8.3. Memoriais de cálculo

São relatórios que indicam os critérios adotados no dimensionamento dos diversos sistemas. Podem incluir planilhas e desenhos explicativos. Deverão ser executados no programa Word e Excel. Devendo ser entregues para análise duas cópias em papel sulfite formato A4 e arquivos digitais em discos óticos (CD).

8.4. Memoriais de quantitativos

São relatórios que indicam os quantitativos de todos os serviços relativos à arquitetura, a serem empregados na execução das obras. Deverão ser executados no programa Excel. Devendo ser entregues para análise duas cópias em papel sulfite e arquivos digitais em discos óticos (CD).

8.5 Orçamentos e cronogramas

Serão orçamentos sintéticos com a indicação do código da composição unitária utilizada ou indicação de composição própria, com quantitativos e custos unitários e totais de todos os serviços, materiais, equipamentos e mão-de-obra a serem empregados na execução das obras. Deverão acompanhar os orçamentos uma folha resumo com os preços totais das etapas de obra e a participação percentual no custo total da mesma (Curva ABC). Deverá ser apresentado o cálculo do BDI utilizado, de acordo com a legislação e acórdãos do TCU. Os preços e quantitativos deverão ser feitos em duas planilhas, uma para a área 1 e outra para a Área 2.

9. ETAPAS DOS SERVIÇOS

Todas as especialidades do projeto serão apresentadas em etapas.

A apresentação dos trabalhos na forma de etapas visa o melhor acompanhamento do andamento dos trabalhos facilitando, quando necessário, as correções e complementações de projeto. As etapas são: estudo preliminar e levantamento planialtimétrico/cadastral, projeto básico e projeto executivo. Cada etapa dos projetos das especialidades (urbanismo, planialtimétrico, terraplenagem, drenagem pluvial, hidrossanitário, incêndio, instalações elétricas, sinalização, rede lógica e comunicação, especificações técnicas e orçamento) deverá ser completamente compatibilizada pela Contratada e somente será considerada concluída quando aprovada pela Contratante. Os projetos executados, em cada etapa, deverão compreender simultaneamente a Área 1 e a Área 2 (conforme croqui presente no Termo de Referência).

9.1. Etapa 1 - Levantamento Planialtimétrico/Cadastral e Estudos Preliminares



9.1.1 Levantamento Planialtimétrico e cadastral

Levantamento cadastral e planialtimétrico completo da área contratada, abrangendo as edificações e equipamentos existentes com todos os itens e informações necessárias ao desenvolvimento dos projetos executivos objeto do contrato. O levantamento deverá compreender os itens relativos à construção civil, e das instalações elétricas, hidráulicas, e demais equipamentos a executar.

- Memorial descritivo detalhado com a metodologia adotada, as precisões atingidas e a aparelhagem utilizada com certificado de calibração válido, bem como apresentar relatório fotográfico e anexar todas as cadernetas de campo, planilhas de cálculo de coordenadas e nivelamentos e outros elementos de interesse.
- Os desenhos e os gráficos dos Levantamentos Topográficos, que deverão ser entregues em meio eletrônico, em formato “*.dwg” e pdf. Serão entregues ainda duas cópias plotadas de formato adequado a boa visualização dos elementos da planta. As identificações dos “layers” devem ser criadas de acordo com a necessidade e para cada tipo de levantamento, conforme identificações nas legendas. Os textos e planilhas deverão ser entregues em formato “*.doc” e “*.xls”, juntamente com duas cópias impressas em formato A4.

9.1.2 Estudo Preliminar de Arquitetura e Urbanismo

Estudos efetuados pela CONTRATADA que quando aprovados pela Contratante servirão de base para a elaboração do Projeto Completo objeto do contrato. Este estudo deverá atender as normas e legislação em vigor e ao programa determinado pela CONTRATANTE. Deverá também ser compatível com os recursos financeiros informados pela Contratante para a execução do empreendimento.

- Serão compostos de planta de implantação, plantas e cortes (em escala compatível com uma boa visualização do projeto) e memorial justificativo da proposta apresentada. No estudo preliminar deverão estar indicadas futuras ampliações previstas do empreendimento.

9.2. Etapa 2 – Projeto Executivo

9.2.1. Primeira entrega – Nível Básico

O projeto básico é a definição técnica completa, mas anterior ao nível executivo, e apresenta as informações necessárias ao planejamento da execução da obra. Além dos projetos, devem ser apresentados os quantitativos de materiais, serviços e etapas da obra.

Deve constar destes projetos o conjunto de desenhos técnicos normalizados e cotados, com informações textuais necessárias, para que seja possível o pleno entendimento da configuração da infraestrutura e instalações da obra.

9.2.1.1. Projeto Básico de Arquitetura e Urbanismo;

- Planta Arquitetônica/Urbanística (Implantação) em escala mínima de 1:500 contemplando o conjunto com orientação, eixos das edificações e vias, cotados em relação à referência, indicação de taludes, identificação de edificações próximas, postes, árvores, calçamentos, caixas de visita e passagem de instalações (com tampos aparentes), guias, sarjetas, níveis de referência e de soleira de edificações próximas, mobiliário urbano e sinalização vertical e horizontal, demais elementos construídos existentes a demolir, deslocar e a construir.



- Cortes transversais e longitudinais dos terrenos, indicando cotas e níveis de: terreno natural, cortes, aterros, arruamentos, taludes, platôs e demais detalhes necessários.
- Planta Luminotécnica, contendo a especificação da iluminação urbana. Deve-se especificar o material, tipologia e localização dos equipamentos, de forma compatível com a carga/rede elétrica existente.
- Plantas, seções transversais e perfis longitudinais das pavimentações, contemplando especificação das pavimentações e elementos de drenagem das ruas, calçadas, rampas e demais pavimentações existentes.
- Detalhes construtivos necessários a critério da contratante à perfeita compreensão da obra a executar em escala adequada.
- Relatório do Projeto Básico contendo justificativa e se necessário memórias de cálculo das definições de projeto realizadas.
- Memorial descritivo e explicativo de todos os sistemas, materiais e serviços a serem empregados na futura obra com relação resumida de materiais de acabamento por ambiente.
- Legenda.

9.2.1.2. Projeto Básico de Terraplenagem

Deverá ser apresentado projeto básico de terraplenagem com detalhamento compatível com a precisão do trabalho nesta fase. Este projeto deverá avaliar, cuidadosamente, as alternativas que se apresentem quanto à movimentação dos volumes de terraplenagem, de modo a ajustar, entre outras, as necessidades de empréstimos e bota-foras com disponibilidades de áreas para tal, levando ainda em conta os planos de urbanização e paisagismo existentes ou planejados, para mútua compatibilização, além da proteção ao meio ambiente.

- Projeto de terraplenagem indicando patamares construtivos, arruamentos, drenagem superficial, cortes pelo terreno identificando áreas de aterro e corte, níveis de crista e pé de taludes e cálculo dos volumes de terra envolvidos.
- Plantas, seções transversais e perfis longitudinais das vias, divididos em estacas a cada 20 metros, contendo o eixo estaqueado, posição dos meios-fios, os alinhamentos existentes e projetados, cotas das soleiras das edificações, concordâncias com as vias transversais e rampas de acesso, interferência com redes subterrâneas, perfil do terreno, cota de terreno, projeto do eixo, linha de terraplenagem, compatibilizando sempre com o projeto de drenagem pluvial.
- Planilhas de movimentação de terra, com volumes de corte e aterro por seção e total;
- Planta geral com a situação dos empréstimos e bota-fora;
- Seções transversais de terraplenagem com indicação das inclinações dos taludes e plataforma, por estaca.
- Conformação dos taludes de corte e aterros;
- Memória descritiva e justificativa do projeto elaborado, contendo texto, gráficos e quadros.
- Relação dos serviços a executar com custo de cada serviço;
- Cronograma físico;
- Relação de equipamento mínimo;



9.2.1.3. Projeto Básico de Instalações Hidrossanitárias

- Planta de implantação com indicação das novas ligações de redes de água e esgoto e ligação com as existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, dimensionamento, indicação de redes existentes e a executar indicação do remanejamento de redes, quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, drenagens externas, etc.
- Isométricos gerais de água fria e incêndio em escala adequada.
- Legenda.
- Memorial descritivo.
- Memória de cálculo com indicação da pressão da rede de abastecimento de água.
- Relação dos serviços a executar com custo de cada serviço;

9.2.1.4. Projeto Básico de Instalações Elétricas

- Diagrama unifilar básico e quadro de cargas das instalações elétricas a serem executadas.
- Plantas de encaminhamento, posteamento, pontos de conexão, indicação de trechos/circuitos, equipamentos, materiais e dimensões da infraestrutura para o lançamento dos cabos de todos os circuitos.
- Definição e cadastramento de infraestrutura, equipamentos e/ou materiais existentes a serem utilizados para as novas instalações elétricas.
- Plantas de iluminação, com indicação do posicionamento dos pontos e tipo de iluminação adotado, além da definição de todos os materiais definidos para a infraestrutura de iluminação (postes, luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, diagramas elétricos de ligação e acionamento, cabos, etc...). Indicação de postes de iluminação novos, assim como postes existentes a serem mantidos e postes existentes a serem relocados.
- Legendas.
- Memorial luminotécnico.
- Memória de cálculo do dimensionamento dos cabos (quedas de tensão, curto circuito, seletividade) com apresentação dos critérios, parâmetros e normas adotadas para a elaboração do projeto.
- Memória de cálculo do SPDA.

9.2.1.5. Projeto Básico de Drenagem Pluvial.

- Planta de implantação com indicação das novas ligações às redes existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, dimensionamento, indicação de redes existentes e a executar indicação do remanejamento de redes, quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, drenagens externas, etc.
- Memorial de cálculo do dimensionamento das tubulações, caixas, bocas de lobo e sarjetas;
- Plantas e desenhos-tipo dos diversos dispositivos de drenagem utilizados;
- Desenhos com os projetos-tipo dos dispositivos de drenagem;
- Relação dos serviços a executar com custo de cada serviço;



- Cronograma físico;
- Relação de equipamento mínimo;

9.2.1.6. Projeto Básico de Proteção e Combate a Incêndio;

- Deverá atender às exigências das normas da ABNT, normas de sinalização de segurança contra incêndio e pânico, normas de execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio, norma para utilização de hidrantes para combate a incêndio, extintores de incêndio e iluminação de emergência;
- Deverá ser desenvolvido levando em conta a compatibilidade com os projetos arquitetônicos e complementares, a fim de que se obtenha uma solução mais econômica e funcional;
- Este projeto deverá representar todos os elementos que compõem a rede de hidrantes, conjunto de extintores de incêndio, sistemas de detecção e alarme de incêndio, rotas de fuga e proteção das edificações e prever o processo de execução dos serviços.
- Planta de situação e localização com os equipamentos de proteção e combate a incêndio, em escala compatível com o nível de detalhe desta etapa;
- Detalhamento de hidrantes e/ou mangotinhos ou outros itens do sistema de proteção e combate a incêndio;
- Desenhos da sinalização e rotas de fuga;
- Estudo preliminar apresentando e justificando as soluções de proteção e combate a incêndio da área objeto do contrato;
- Compatibilizando com o projeto atual do Campus aprovado pelo CBMMG;

9.2.1.7. Projeto básico de Paisagismo

- Desenhos de detalhes em escalas ampliadas.
- Especificação de plantas, gramados e ornamentos.
- Legenda.
- Caderno de encargos, contendo os procedimentos para plantio e instalação de cada elemento.
- Memorial descritivo.

9.2.1.8. Projeto Básico de Sinalização

- Projeto de sinalização vertical, onde deverão ser indicadas as placas a serem utilizadas e suas devidas localizações, tanto as de regulamentação e advertência como as de indicação. Para as placas de indicação deve-se definir as mensagens e alturas de letras a serem empregadas, a necessidade de suportes especiais como pórticos e semipórticos.
- Projeto de sinalização horizontal, onde serão definidas as marcas longitudinais, os padrões da sinalização de largura, comprimento e espaçamento das linhas seccionadas para os arruamentos e estacionamentos. As outras sinalizações: marcas transversais, de canalização, de delimitação e controle de estacionamento ou parada, devem ser representadas em planta.
- Projeto de sinalização de pedestres para as calçadas, travessias, passarelas e rampas, de acordo com as normas de acessibilidade.

9.2.1.9. Projeto Básico de rede lógica e comunicação



- Planta baixa, contendo o layout de interligação entre as salas de telecomunicações dos prédios existentes até a área de trabalho das novas edificações. Composto por especificação dos cabos, conectores, tomadas, *patch panels* e *patch cords*.
- Representação gráfica da infraestrutura física para instalação do sistema de cabeamento, dutos e demais acessórios necessário para esta instalação.

9.2.2. Segunda Entrega – Nível Executivo

Conjunto completo de informações técnicas necessárias para a licitação e a completa realização das obras em todas as áreas técnicas envolvidas. Nele estão contemplados todos os itens faltantes no projeto básico, todo o detalhamento e todas as interfaces dos sistemas e seus componentes. Os projetos executivos contêm as peças gráficas, os memoriais descritivos e de cálculo, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico/financeiro (apresentando conforme item 8), contemplando todos os itens de todas as áreas técnicas compatibilizados e coordenados.

9.2.2.1. Projeto Executivo de Arquitetura e Urbanismo

- Planta de Implantação em escala mínima 1:200 com orientação, representação das características planialtimétricas, eixos da construção, cotados em relação à referência pré-estabelecida e bem identificada, representação de taludes e cotas, identificação de postes, árvores, calçamentos, caixas de visita e passagem de instalações (com tampos aparentes), guias, sarjetas e demais elementos construídos existentes, níveis de soleira do local da intervenção e de edifícios próximos, indicação de elementos a remover ou demolir, e etc.
- Cortes transversais e longitudinais dos terrenos, indicando cotas e níveis de: terreno natural, cortes, aterros, arruamentos, taludes, platôs e demais detalhes necessários.
- Detalhamento com planta, cortes e elevações de: escadas, rampas, guarda-corpos, corrimão e outros elementos arquitetônico-urbanísticos necessários para execução da obra.
- Plantas, seções transversais e perfis longitudinais das pavimentações, contemplando especificação das pavimentações e elementos de drenagem das ruas, calçadas, rampas e demais pavimentações existentes.
- Elevações das edificações em escala 1:50 indicando aberturas, esquadrias, materiais, acabamento, alturas, níveis, etc.
- Ampliações de áreas molhadas em escala não inferior a 1:25
- Detalhes em escalas adequadas e que se fizerem necessários para a perfeita execução da obra;
- Planta Luminotécnica, contendo a especificação da iluminação urbana. Deve-se especificar o material, tipologia e localização dos equipamentos, de forma compatível com a carga/rede elétrica existente.
- As plantas e cortes deverão incluir também os elementos estruturais em concreto.
- Legenda.
- Memorial descritivo e explicativo.

9.2.2.2. Projeto Executivo de Terraplenagem

O Projeto de Terraplenagem, na fase de Projeto Executivo, será apresentado, conforme os seguintes itens:

- Projeto de terraplenagem com dimensões de patamares (platôs) de terreno, arruamentos, drenagem superficial, eixos construtivos de projeto e níveis de terreno e piso acabados, cotas



e dimensionamentos referenciados, representação de taludes com níveis de crista e pé de taludes identificados, identificação em planta e cortes as áreas de cortes e aterros e os volumes de terra resultantes.

- Folhas de cubação;
- Quadro de orientação de terraplenagem;
- Planta geral da situação dos empréstimos e bota-foras;
- Desenhos das seções transversais-tipo, em corte e em aterro, com indicação das inclinações dos taludes;
- Desenhos das seções transversais por estaca, com plataforma e taludes de corte e aterro;
- Demais desenhos que elucidem o projeto;
- Memória descritiva e justificativa do projeto elaborado, contendo texto, gráficos e quadros.
- Memória de cálculo de volumes;
- Relação dos serviços a executar com custo de cada serviço;
- Cronograma físico;
- Relação de equipamento mínimo;
- Lay-out do canteiro de obras posicionando as instalações, jazidas, fontes de materiais e acessos.

9.2.2.3. Projeto Executivo de Instalações Hidráulicas e Sanitárias

- Planta de implantação em escala mínima 1:200 com indicação das ligações às redes existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, dimensionamento, indicação de redes existentes e a executar, indicação do remanejamento de redes, quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, etc. Na inexistência de redes externas, as mesmas deverão ser projetadas pela contratada.
- Plantas em escala 1:50 com traçado e dimensionamento de redes e tubulações.
- Ampliações em escala 1:20 dos isométricos, detalhes de esgoto e demais detalhes necessários à perfeita compreensão da obra.
- Isométricos gerais de água fria e incêndio em escala adequada.
- Legenda.
- Memorial descritivo e explicativo contendo também as especificações técnicas de todos os materiais e serviços.
- Memória de cálculo.

9.2.2.4. Projeto Executivo de Instalações Elétricas

- Diagrama unifilar detalhado e quadro de cargas das instalações elétricas a serem executadas. Diagramas funcionais e de interligação aplicáveis.



- Plantas de encaminhamento, identificação de trechos/circuitos informando bitola de todos os cabos, pontos de conexão, equipamentos, materiais e dimensões da infraestrutura para o lançamento dos cabos de todos os circuitos.
- Definição e cadastramento de infraestrutura, equipamentos e/ou materiais existentes a serem utilizados para as novas instalações elétricas.
- Plantas de iluminação, com indicação do posicionamento dos pontos e tipo de iluminação adotado, além da definição de todos os materiais definidos para a infraestrutura de iluminação (postes, luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, diagramas elétricos de ligação e acionamento, cabos, etc...). Indicação de postes de iluminação novos, assim como postes existentes a serem mantidos e postes existentes a serem relocados.
- Detalhes de montagem de todas as instalações elétricas.
- Legendas.
- Memorial luminotécnico.
- Memória de cálculo do dimensionamento de eletrodutos, bandejamentos e/ou leitos para cabos.
- Memória de cálculo do dimensionamento dos cabos (quedas de tensão, curto circuito, seletividade) com apresentação dos critérios, parâmetros e normas adotadas para a elaboração do projeto.
- Memória de cálculo do SPDA.
- Planilhas analíticas e sintéticas de todos os projetos separadamente.
- Cronograma físico e financeiro das instalações elétricas.
- Detalhes faltantes levantados na pré-execução.

9.2.2.5. Projeto Executivo de Drenagem Pluvial.

- Planta de implantação com indicação das ligações novas às redes existentes, cotas de tampa e fundo e dimensões das caixas, cotas das geratrizes inferiores das tubulações, dimensionamento, indicação de redes existentes e a executar, quando necessário, localização de interferências, assim como árvores, postes, bancos, drenagens externas, etc. Na inexistência de redes externas as mesmas deverão ser projetadas pela contratada.
- Plantas, seções, detalhamentos e desenhos-tipo dos diversos dispositivos de drenagem utilizados;
- Planilhas e quadros;
- Notas de serviço
- Memória descritiva e justificativa do projeto elaborado, contendo texto, gráficos e quadros.
- Relação dos serviços a executar com custo de cada serviço;
- Cronograma físico;
- Relação de equipamento mínimo;

9.2.2.6. Projeto executivo de Proteção e Combate a Incêndio;



- Este projeto deverá representar todos os elementos que compõem a rede de hidrantes, conjunto de extintores de incêndio, sistemas de detecção e alarme de incêndio, rotas de fuga e proteção das áreas de expansão e prever o processo de execução dos serviços.
- Planta de situação e localização com os equipamentos de proteção e combate a incêndio, em escala compatível com o nível de detalhe desta etapa;
- Detalhamento de hidrantes e/ou mangotinhos ou outros itens do sistema de proteção e combate a incêndio;
- As pranchas deverão conter legendas completas, contendo todas as informações e especificações técnicas dos materiais utilizados neste sistema, incluindo quadros com os quantitativos por pranchas;
- Projetos com detalhes, especificações e localizações da sinalização e rotas de fuga;
- Especificação de materiais;

9.2.2.7. Projeto executivo de sinalização

- Projeto de sinalização vertical, em escala compatível, onde deverão ser indicadas as placas a serem utilizadas e suas devidas localizações, tanto as de regulamentação e advertência como as de indicação. Para as placas de indicação deve-se definir as mensagens e alturas de letras a serem empregadas, a necessidade de suportes especiais como pórticos e semipórticos.
- Projeto de sinalização horizontal, em escala compatível, onde serão definidas as marcas longitudinais, os padrões da sinalização de largura, comprimento e espaçamento das linhas seccionadas para os arruamentos e estacionamentos. As outras sinalizações: marcas transversais, de canalização, de delimitação e controle de estacionamento ou parada, devem ser representadas em planta.
- Projeto de sinalização de pedestres para as calçadas, travessias, passarelas e rampas, de acordo com as normas de acessibilidade.
- Projeto de demarcação dos estacionamentos, reservadas as vagas com acessibilidade.
- Detalhamento das sinalizações e placas, em escala compatível, com as devidas especificações de materiais e desenhos legíveis.

9.2.2.8. Projeto executivo de lógica e comunicação

- Planta baixa, em escala compatível, contendo o layout de interligação entre as salas de telecomunicações dos prédios existentes até a área de trabalho das novas edificações..
- Representação gráfica, plantas, cortes e seções, da infraestrutura física para instalação do sistema de cabeamento e demais acessórios necessário para esta instalação.
- Detalhamento e especificação dos componentes da infraestrutura projetada.
- Especificação dos cabos, conectores, tomadas, patch panels e patch cords.
- Quadro de quantidades e/ou lista de materiais.
- Memória descritiva e justificativa do projeto elaborado.

9.2.2.9. Projeto executivo de Paisagismo

- Desenhos de detalhes em escalas ampliadas.



- Especificação de plantas, gramados e ornamentos.
- Legenda.
- Caderno de encargos, contendo os procedimentos para plantio e instalação de cada elemento.
- Memorial descritivo.

9.2.2.10. Memorial Descritivo

O memorial descritivo deverá conter as informações técnicas necessárias à caracterização do empreendimento, dos componentes construtivos e dos materiais de construção; especificações detalhadas definindo com clareza e precisão. Deve-se abranger todos os projetos executivos contratados, já devidamente compatibilizados, contendo todos os serviços necessários para a execução da obra por completo.

Informações técnicas importantes:

- Características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos pelos rigorosamente equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;
- Procedimentos de execução;
- Aspecto e desempenho final desejado;
- Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas diversas concessionárias locais.

9.2.2.11. Planilha Orçamentária

O orçamento executivo deve contemplar todos os projetos executivos contratados, já devidamente compatibilizados, contendo todos os serviços necessários para a execução da obra por completo, com memória de cálculo.

O custo global da obra será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal.

Nos casos em que o SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI.

Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela UNIFEI poderão os respectivos custos unitários exceder limite fixado pelo SINAPI.

Deverá constar do projeto executivo a anotação de responsabilidade técnica e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias, quanto à compatibilidade dos custos constantes de referidas planilhas com os custos do SINAPI.

As planilhas de quantificação e custos deverão ser apresentadas nas etapas de executivo e serão elaboradas de acordo com as fases previstas para a obra.



O cronograma físico-financeiro será resultado da planilha e deverá prever o período de obras e o desembolso total e mensal durante este período. Os documentos pertinentes a esse item deverão ser entregues para análise, cópias em papel sulfite formato A4 e arquivos digitais.

O orçamento deverá ser entregue contendo:

- Orçamentos sintéticos de cada área, instalação física, etapa, parcela ou trecho da obra;
- Planilha orçamentária de consolidação, agrupando em uma única planilha todos os orçamentos sintéticos de cada etapa, parcela, edificação, instalação ou trecho do empreendimento;
- Orçamento resumido, apresentando apenas os subtotais da planilha orçamentária de consolidação ou os totais do orçamento sintético de cada etapa.
- Memória de cálculo analítica dos quantitativos dos serviços e materiais;
- Código do orçamento analítico utilizado formado por composições de custo unitário de todos os serviços existentes no orçamento sintético e de eventuais composições de custo unitário de serviços auxiliares;
- Curva ABC de insumos da planilha orçamentária de consolidação
- Curva ABC de serviços da planilha orçamentária de consolidação;
- Demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados para mão de obra horista e mensalista;
- Demonstrativo analítico das taxas de BDI utilizadas;
- Memorial com as cotações realizadas junto a fornecedores dos insumos a serem utilizados na obra e com pesquisas realizadas em sistemas referenciais de custos ou publicações especializadas, contendo a descrição do tratamento estatístico dos dados, se houver.

10. CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS DE PROJETO

A Contratada deverá atender ao cronograma físico-financeiro apresentado Anexo ao Termo de Referência, para o desenvolvimento de seus serviços, seguindo a metodologia apresentada, prevendo como início a data da reunião de início dos serviços, e com prazos parciais distribuídos de forma a atender o cumprimento do contrato num prazo máximo total de 90 (noventa) dias. Ao vencimento de cada uma das 3 etapas a contratada deverá entregar a contratante os documentos pertinentes ao conjunto de áreas técnicas envolvidas, que será analisada pela Contratante para realização das medições conforme percentuais presentes no cronograma físico financeiro anexo ao Termo de Referência. Não serão aceitas entregas parciais. Os projetos executados, em cada etapa, deverão compreender simultaneamente a Área 1 e a Área 2 (conforme croqui presente no Termo de Referência).

11. PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito de acordo com o cronograma observando-se o abaixo descrito e sempre após a aprovação das etapas de serviço pela Contratante. Não serão aceitas entregas parceladas dos documentos das áreas técnicas nas respectivas etapas, ou seja, a entrega de cada etapa deverá contemplar todos os documentos de todas as áreas técnicas envolvidas.

O cronograma físico-financeiro, detalhado no anexo do Termo de Referência, é constituído de três etapas principais de entrega dos projetos: 1- Levantamento planialtimétrico/cadastral e estudo preliminar, 2 - projeto básico, 3 - projeto executivo, orçamento e memorial descritivo. Para cada etapa, já é determinado à porcentagem



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

do valor global dos projetos, que será feito o pagamento após a entrega da respectiva etapa, como também o prazo para execução de cada etapa.

A Contratante efetuará o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, com base nas medições de serviços aprovadas, obedecidas às condições e etapas do contrato. Os serviços, mesmo quando faturados e pagos, poderão sofrer correções posteriores quando constatadas eventuais falhas não observadas anteriormente à liberação do pagamento pela Contratante.

Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento, os serviços de elaboração de projeto previstos no contrato e efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Contratante.

12. OBSERVAÇÕES FINAIS

Quaisquer esclarecimentos complementares necessários ao bom entendimento das presentes considerações serão prestados pela contratante e deverão ser feitos antes da apresentação da proposta.

A Contratada será responsável pela coordenação e compatibilização (inclusive com a sobreposição dos desenhos e interferências) entre todos os projetos de todas as especialidades envolvidas, em cada etapa de desenvolvimento do projeto inclusive pelo atendimento ao cronograma de entrega das etapas de todas as especialidades envolvidas no projeto.

A contratada estará obrigada a esclarecer e solucionar incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, mesmo após a conclusão das etapas ou encerramento do contrato e que forem julgadas pela Contratante como necessárias para o perfeito entendimento e andamento da licitação e obra. As despesas materiais, equipamentos, plotagens e cópias em papel, etc., quando necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, ficarão a expensas da Contratada, ressalvados os elementos fornecidos pela Contratante e mencionados neste documento. Após o término dos projetos, os originais serão de propriedade da Contratante.

A Contratada deverá apresentar as ARTs ou RRTs de todos os profissionais responsáveis pelos projetos executivos de cada área em questão, inclusive da Planilha de Orçamento, em cada etapa dos trabalhos.

Este documento formará parte integrante do contrato a ser firmado entre a Contratante e a Contratada.

Anexo IV - Anexo IV - Layouts de implantacao.pdf

Área 1 - Urbanização área esportiva

Área para levantamento planialtimétrico/cadastral: 14.538,14 m²



Área 1 - Urbanização área esportiva

Distância para o projeto de arruamento: 0,210 Km



Área 2 - Urbanização da área dos prédios CEU/CEDUC até o estacionamento

Área para levantamento planialtimétrico/cadastral: 57.561,41 m²



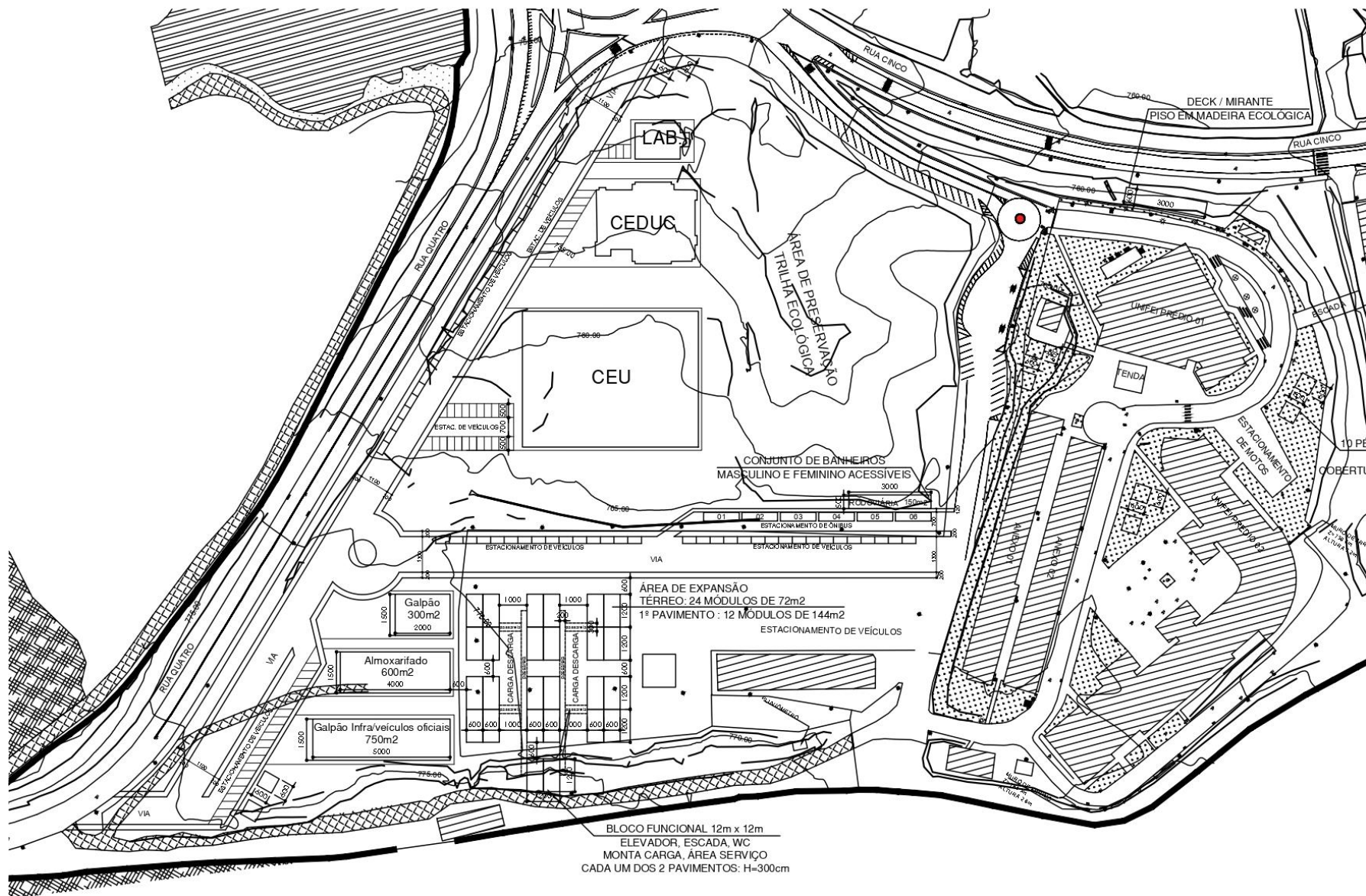
Área 2 - Urbanização da área dos prédios CEU/CEDUC até o estacionamento

Distância para projeto de arruamento: $0,206 + 0,335 = 0,54$ Km





Estudios preliminares de urbanismo



**Anexo V - Anexo V - Índice de Medicação de Resultado.
pdf**



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002
Campus Itabira

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador Nº 01: Atraso na entrega de documentações e projetos.	
Item	Descrição
Finalidade:	Garantir o cumprimento de prazos e o cronograma de entrega dos serviços.
Meta a cumprir :	Entrega de documentações exigidas contratualmente dentro do prazo.
Instrumento de medição:	Comprovante de entrega com a data do recebimento da documentação exigida.
Forma de acompanhamento:	Acompanhamento das datas pela fiscalização.
Periodicidade:	Serão apuradas após a assinatura da ata de registro de preços, em relação a documentação de segurança do trabalho, e após cada ordem de serviço, em relação ao documento informando a finalização dos serviços, medição e notas fiscais dos produtos utilizados.
Mecanismo de Cálculo:	Dias de atraso, sem justificativa formal.
Início de Vigência:	A partir da assinatura da ata de registro de preços.
Faixas de ajuste no pagamento:	1 até 5 dias de atraso - 100% do valor da medição. De 6 a 10 dias de atraso - 98% do valor da medição. Acima de 11 dias de atraso - 95% do valor da medição.
Observações:	

Equipe de Planejamento da Contratação
Pró-Diretoria de Infraestrutura



Emitido em 13/11/2024

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 410/2024 - CEOM-CI (11.87.02.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 13/11/2024 14:56)

GUSTAVO RODRIGUES DE MORAIS

PRO-DIRETOR

PDINFRA-CI (11.87.02)

Matrícula: ###573#6

(Assinado digitalmente em 13/11/2024 14:31)

RODRIGO DE PAULA FONSECA

ADMINISTRADOR

CEOM-CI (11.87.02.01)

Matrícula: ###930#7

(Assinado digitalmente em 13/11/2024 14:34)

VITOR NICCHIO ARÇARI

ENGENHEIRO-AREA

CEOM-CI (11.87.02.01)

Matrícula: ###526#1

Visualize o documento original em <https://sipac.unifei.edu.br/documentos/> informando seu número: **410**, ano: **2024**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **13/11/2024** e o código de verificação: **4e1742d76b**

Anexo II - Minuta_CONTRATO_Projetos.pdf

Contrato 29/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2024	158161-UNIVERSIDADE FED.DE ITAJUBÁ /CAMPUS ITABIRA	CINTIA GRAZIELE MOREIRA SANTOS	19/11/2024 16:49 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		23499.005968/2024-59

1. OBJETO (art. 92, I e II)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - CAMPUS ITABIRA

(Processo Administrativo nº 23499.005968/2024-59)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DC (A) E

A União, por intermédio da Universidade Federal de Itajubá - Campus Itabira, com sede na Rua Irmã Ivone Drumond, 200, na cidade de Itabira/Estado MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 21.040.001/0002-10, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23499.005968/2024-59 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 90030/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

– OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia elaboração comuns de projetos de urbanização para as áreas de expansão na UNIFEI – Campus de Itabira, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração de projetos de urbanização para as áreas de expansão na UNIFEI – Campus de Itabira.	20060	unidade	01	xxxx	xxxx

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (meses) contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. Para gerir este contrato, fiscalizando e acompanhando sua execução, por parte da CONTRATANTE, e durante sua vigência, estão designados, através da Portaria nº xxx/xxxx de xx/xx /xxxx, o servidor xxxxx, SIAPE xxxx, e o servidor xxxx, SIAPE xxxx, como Fiscal Técnico e Fiscal Substituto, respectivamente.

3.3. Para gerir este contrato, fiscalizando e acompanhando sua execução, por parte da CONTRATADA e durante sua vigência, está legalmente designado xxxx, CPF nº ***.xxx.xxx-**, doravante denominado Preposto.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais, elaboradas com base no SUDECAP do mês 07 do ano de 2024.

7.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.24.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.36. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

9.36.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.37. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 25% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

15. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Pouso Alegre para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO DUARTE CUZZUOL

Autoridade competente